

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Biociências, Campus de Botucatu

Departamento de Ciências Humanas e Ciências da Nutrição e Alimentação

Yasmin Massimino Sampaio de Souza

**DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE PERIURBANA
NO ENTORNO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: A RELAÇÃO ENTRE O SER
HUMANO E O AMBIENTE A PARTIR DOS(AS) MORADORES(AS)**

Orientador: **Prof. Dr. André Santachiara Fossaluza**

Botucatu

2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Biociências, Campus de Botucatu

Departamento de Ciências Humanas e Ciências da Nutrição e Alimentação

Yasmin Massimino Sampaio de Souza

**DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE PERIURBANA NO
ENTORNO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: A RELAÇÃO ENTRE O SER HUMANO
E O AMBIENTE A PARTIR DOS(AS) MORADORES(AS)**

Orientador: **Prof. Dr. André Santachiara Fossaluza**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências, Botucatu, UNESP, para
obtenção do título de Bacharela em Ciências
Biológicas.

Botucatu

2026

S729d

Souza, Yasmin Massimino Sampaio

Diagnóstico socioambiental de uma comunidade periurbana no entorno da universidade pública : a relação entre o ser humano e o ambiente a partir dos(as) moradores(as) / Yasmin Massimino Sampaio Souza. -- Botucatu, 2026
48 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Biológicas) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Botucatu
Orientador: André Santachiara Fossaluzza

1. Diagnóstico socioambiental. 2. Educação ambiental. 3. Ecologia social. .
I. Título.

YASMIN MASSIMINO SAMPAIO DE SOUZA

**DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE
PERIURBANA NO ENTORNO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA:**

A relação entre o ser humano e o ambiente a partir dos(as) moradores(as)

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Universidade Estadual
Paulista (UNESP), como parte das
exigências para a obtenção do título de
Bacharela, do curso de Graduação em
Ciências Biológicas.

Botucatu, 10 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANDRE SANTACHIARA FOSSALUZA**
Data: 10/03/2026 14:02:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. André Santachiara Fossaluzza
UNESP, IBB

Documento assinado digitalmente
 **NIJIMA NOVELLO RUMENOS**
Data: 10/03/2026 14:13:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Nijima Novello Rumenos
UNESP, IBB

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Sonia, o meu primeiro agradecimento. Foi ela quem primeiro me ensinou que o ser humano também é um animal, e que as plantas apesar de sésseis são vivas, e que por isso, devemos olhar com cuidado para ambos, assim como devemos olhar as pessoas. O seu amor por entender a vida me inspirou e me inspira até hoje. Graças ao seu árduo e pouco valorizado trabalho, eu pude realizar o nosso sonho de ser bióloga e professora. Pela sorte de ter tido tanta ajuda na minha trajetória, eu busco trilhar os caminhos que me possibilitem ajudar outras pessoas também, como busquei fazer com o presente trabalho.

À comunidade que foi objeto deste estudo, agradeço imensamente tamanho acolhimento. Eu os conheci antes mesmo de sonhar em realizar este trabalho, enquanto sonhávamos com outros – praticando bioconstrução, permacultura e agroecologia. Até conhecer vocês, eu só achava que entendia o conceito de extensão universitária. Trabalhando nesses projetos eu aprendi coisas que apenas a universidade não conseguiria me proporcionar – graças a vocês e por estar com vocês. Eu sempre tive dificuldade em me conectar com as pessoas, e em estar perto delas, mas depois que eu comecei a entender o real significado da palavra comunidade isso mudou.

Agradeço também o meu professor orientador, André Santachiara Fossaluza, que tanto me apoiou em diversos momentos, como uma luz que abre espaço para novos e diferentes olhares. Os moldes em que vivemos por vezes nos fazem perder a humanidade, e eu tive a sorte de encontrar um professor com um olhar tão humano, que por diversas vezes entendeu meus processos e a minha maior necessidade de tempo e espaço para realizar todas as coisas. Eu andava desiludida com a universidade, com a ciência e com as pessoas. Porém, com novos olhares surgem novas possibilidades, e o sonhos de concretizá-las.

Gostaria de agradecer também às professoras responsáveis pela disciplina de pós-graduação em “Saúde Única e sustentabilidade na comunidade: um olhar integrado em busca da promoção à saúde” - Camila Michele Appolinário e Caroline de Barros Gomes - assim como os(as) colegas da disciplina que foram essenciais no processo de coleta e análise de dados. Nesse sentido, também gostaria de

agradecer ao colega discente da Faculdade de Ciências Agrônômicas Adriel Guilherme Rosa, que participou não só da construção do roteiro, mas também da coleta de dados e em outros projetos realizados na comunidade.

Ao meu companheiro de tantos anos, e melhor amigo, Filipe, muito obrigada. Não só pelo amor e pela amizade, mas também por sempre ter sido um ótimo colega de turma, que tantas vezes me acolheu e me ajudou a passar pelas intempéries da vida e da universidade. Obrigada por todas as vezes que foi minha dupla e meu grupo, que me ajudou a revisar textos e planejar aulas. Acima de tudo, obrigada pelo presente da sua presença.

Agradeço também àqueles que não podem ler estes agradecimentos. Aqueles e aquelas que não fazem parte da minha jornada como um dia já fizeram, mas que seguem comigo em memória e amor. Também agradeço, nesse sentido, aos meus queridos animais de estimação, que foram parte da família que eu precisei me despedir nos tantos anos de graduação, e são parte da família que eu formei enquanto isso. Quando tudo perde o sentido, e meu amor pelas pessoas não é suficiente, vocês me lembram porque a vida vale a pena ser vivida: o amor tudo transforma e tudo transcende.

Aos amigos e familiares também tenho muitos agradecimentos a dar. Agradeço ao meu irmão, Arthur, que sempre se orgulhou de ver sua irmã na universidade pública, me ajudando do seu modo a permanecer nela. Ao meu pai, que apesar da distância, me lembra que o amor nunca esquece aqueles sobre quem repousa o seu olhar. Agradeço também meus tios e tias, que diversas vezes também me ajudaram a seguir, cada um do seu jeito. E principalmente à minha tia Ana, que nunca me deixa esquecer que não há nada que eu não seja capaz de realizar, mesmo que seja de um jeito diferente.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento especial às pessoas. No geral mesmo. Eu não achava que ia aprender tanto sobre vocês – e sobre nós – estudando biologia, em vez de psicologia ou sociologia. Mas a vida existe para além das caixas que usamos para dividi-la, e por sorte minha graduação tão bem me mostrou isso. Eu escolhi a biologia para que pudesse melhor estudar a vida, e são nas pessoas que muitas vezes mais encontramos ela.

Este trabalho foi feito acima de tudo com muito amor: ao conhecimento, à ciência, à vida, e principalmente às pessoas, que fazem parte de tudo isso. A ciência quando é feita com amor - e por amor - tem outro brilho. Nada existe sem que tenha sido tocado, por mãos ou por olhares. Assim, aqui existo, como o meu trabalho também – graças aos olhares e toques de seres tão especiais e inspiradores.

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE PERIURBANA NO ENTORNO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: A RELAÇÃO ENTRE O SER HUMANO E O AMBIENTE A PARTIR DOS(AS) MORADORES(AS)

RESUMO

Em conjunto com os(as) moradores(as) de uma comunidade periurbana no interior do estado de São Paulo, este projeto de pesquisa busca construir um diagnóstico socioambiental do território, para entender como e quais são as relações entre as pessoas e o ambiente que as cerca, assim como os contextos ambientais e sociais em que estão inseridas, visando fornecer subsídios para ações mais apropriadas à realidade concreta dessa comunidade. Com o objetivo de envolver os(as) moradores(as) ativamente nesse processo, utilizamos entrevistas semiestruturadas para analisar a relação entre os(as) moradores(as) e o ambiente, por meio da sua própria percepção. A comunidade em questão surgiu a partir de um assentamento estabelecido em 2016 e fica localizada em uma microbacia hidrográfica que possui 11 quilômetros de extensão e é abastecida por 13 nascentes, caracterizando-se como uma região altamente vulnerável a impactos ambientais decorrentes da ocupação humana. Os resultados apontaram percepções relacionadas a diferentes desafios vivenciados no cotidiano da comunidade, como a presença de baixa escolaridade entre parte dos moradores, problemas estruturais nas residências, dificuldades de infraestrutura de transporte e de acesso à cidade, além de relatos de sofrimento psíquico, associados a condições de instabilidade social e ambiental. Também foram mencionadas experiências de estigmatização e preconceito por residirem na comunidade. Nesse sentido, o presente estudo além de registrar a percepção das problemáticas e potencialidades sociais e ambientais da comunidade, buscou analisá-las dentro das perspectivas da educação ambiental crítica e da ecologia social, para entender mais profundamente as relações dos moradores com o ambiente, e podendo servir de base para viabilizar ações futuras no local.

Palavras-chave: Diagnóstico socioambiental. Educação ambiental. Ecologia social. Justiça ambiental.

SOCIO-ENVIRONMENTAL DIAGNOSIS OF A PERI-URBAN COMMUNITY SURROUNDING A PUBLIC UNIVERSITY: THE RELATIONSHIP BETWEEN HUMANS AND THE ENVIRONMENT FROM THE PERSPECTIVE OF THE RESIDENTS

ABSTRACT

In collaboration with the residents of a peri-urban community in the interior of the state of São Paulo, Brazil, this project aims to develop a socio-environmental diagnosis of the territory in order to understand how and in what ways people relate to their surrounding environment, as well as the environmental and social contexts in which they are embedded. In order to actively involve residents in this process, semi-structured interviews were conducted to analyze the relationship between residents and the environment based on their own perceptions. The community under study emerged from a settlement established in 2016 and is located within a watershed microbasin that extends for 11 kilometers and is supplied by 13 springs, characterizing it as a region highly vulnerable to environmental impacts resulting from human occupation. The results indicated perceptions related to several challenges experienced in the community's daily life, such as the presence of low educational attainment among some residents, structural problems in housing, difficulties related to transportation infrastructure and access to the city, as well as reports of psychological distress associated with conditions of social and environmental instability. Experiences of stigmatization and prejudice due to living in the community were also mentioned. In this sense, the present study not only recorded residents' perceptions of the community's social and environmental challenges and potentials but also analyzed them through the perspectives of critical environmental education and social ecology in order to deepen the understanding of residents' relationships with their environment and to provide a basis for future actions in the area.

Keywords: Socio-environmental diagnosis. Environmental education. Social ecology. Environmental justice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. OBJETIVOS.....	10
3. METODOLOGIA.....	11
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
4.1. História de vida.....	17
4.2. Acesso à recursos básicos de vida.....	19
4.3. Transporte e mobilidade urbana.....	22
4.4. Elementos físicos do território.....	23
4.5. Percepção dos(as) moradores(as) sobre saúde e qualidade de vida.....	25
4.6. Percepções e problemáticas territoriais.....	27
4.7. Traçando caminhos possíveis.....	29
5. CONCLUSÃO.....	33
6. REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	38
ANEXO A - Roteiro para a entrevista semiestruturada.....	40

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, existem diversas concepções em torno das noções de território, meio ambiente e espaço físico e social. O território pode ser definido de inúmeras formas, dependendo dos referenciais utilizados para a análise. Os primórdios do seu processo de identificação como um conceito científico se deram pela etologia, mais especificamente por ornitólogos que trabalhavam com a noção de territorialidade (Howard, 1920). Concomitantemente, outras áreas do conhecimento humano passaram a trabalhar com a noção de território, fazendo com que fossem sendo construídas as diversas concepções que temos hoje. Aqui trabalharemos com aquelas que definem território tanto sob um olhar mais relacionado aos seus atributos físicos, quanto em relação aos elementos sociais correspondentes.

Segundo Milton Santos (1996), o espaço geográfico não é apenas um local, e sim o resultado de diversos fenômenos que se inter cruzam, principalmente aqueles relativos às relações sociais e históricas do passado e do presente, envolvendo inúmeros processos e funções. Nesse sentido, o espaço é também atravessado por desigualdades acumuladas ao longo do tempo. A partir de seu uso prático, político e social, o espaço assume a forma de território. Assim, o território configura-se como o espaço que se torna específico diante de contextos próprios das relações humanas e materiais e suas transformações.

Sob este viés, também foram trabalhados os conceitos de espaço e meio ambiente por suas dimensões físicas e sociais. Isso porque em um mundo construído cada vez mais pelos seres humanos, por meio dos processos de transformação e ocupação do espaço, não podemos deixar de analisar ações de caráter físico, como edificar moradias, sem olhar para suas causas e desdobramentos sociais, já que por um processo de naturalização, comumente se entendem realidades sociais e materiais construídas historicamente como se fossem naturais e espontâneas, e não como fruto de interesses políticos, econômicos e sociais (Bourdieu, 2008).

Neste sentido, este trabalho busca diagnosticar e compreender as relações socioambientais que são construídas junto a um território, tendo como objeto de

estudo uma comunidade estabelecida em uma área periurbana do interior do estado de São Paulo.

Os diagnósticos socioambientais constituem-se como estudos que buscam mapear as condições ambientais e sociais de uma determinada região, por meio de coleta de dados, assim como a sua posterior análise. Desse modo, podem funcionar como ferramentas não só para compreender territórios, como também para poder subsidiar ações relacionadas à gestão dos mesmos (Munari, 2014).

As decisões relativas aos centros urbanos e aos locais de ocupação humana dependem do intermédio de políticas públicas, as quais costumam responder a demandas políticas e econômicas, embora também devessem responder às demandas da sociedade civil, o que torna o processo de diagnosticar estas necessidades de suma importância, pois podem abrir caminhos para atendê-las (SESC-SP, 2022).

Embora condições dignas de moradia, água, luz e esgoto sejam garantidas pela Constituição Federal do Brasil de 1988, locais como comunidades estabelecidas a partir de assentamentos e ocupações trazem, historicamente, problemáticas socioambientais como condições precárias de moradia, saneamento básico e gestão de resíduos. O saneamento básico feito de forma correta é essencial para evitar a contaminação do solo, em especial em áreas que possuem cursos d'água subterrâneos, como é o caso, já que a comunidade está inserida em uma área de recarga de aquífero. Nesse sentido, o manejo incorreto de resíduos orgânicos e inorgânicos também pode ser altamente prejudicial ao ambiente. Ainda, a precariedade das edificações costuma se relacionar com o uso de materiais que não contribuem para o conforto térmico, além de serem menos duradouros, gerando assim mais resíduos.

Com base no método cartográfico (Passos *et al.*, 2009), o diagnóstico sócioambiental aqui proposto foi realizado por meio de um mapeamento intensivo, a partir da análise qualitativa do território, buscando registrar e compreender os processos ambientais e sociais que nele têm ocorrido. Quando trabalhamos com as dimensões sociais e ambientais, o olhar interdisciplinar é fundamental. Justamente por isso surgiram derivações de áreas do conhecimento biológico como a Ecologia

Social e Política e a Educação Ambiental Crítica, as quais se constroem sob uma visão holística de ser humano e meio ambiente.

A ecologia social e política pode ser entendida como uma área interdisciplinar de conhecimentos, práticas e saberes ainda em construção, que entende as relações entre humanidade e meio ambiente como um campo constantemente atravessado por instabilidade, desordens e complexidades que variam de acordo com fatores regionais e temporais (Carvalho, 2005). Neste mesmo sentido, encaminham-se as perspectivas fundamentadas na abordagem crítica da EA, sob as quais não se pode entender as questões socioambientais contemporâneas de forma reducionista (Layrargues; Lima, 2014).

Assim, com base na fundamentação teórica apresentada, o presente estudo teve como objetivo realizar um diagnóstico socioambiental de uma comunidade periurbana, resultante de uma ocupação, buscando compreender de que maneira as vulnerabilidades decorrentes das desigualdades socioeconômicas influenciam as relações dos(as) moradores(as) com o ambiente em que vivem, incluindo as dimensões psicossociais que permeiam a percepção dos indivíduos sobre o seu meio. Ademais, o estudo se propôs a servir como ponto de partida para subsidiar possibilidades de transformação da realidade socioambiental, a partir das demandas identificadas no processo diagnóstico.

2. OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo entender como está estabelecida, do ponto de vista socioambiental, uma comunidade situada há uma década em área periurbana, próxima a um campus de uma universidade pública, no interior do Estado de São Paulo.

Com esse diagnóstico, pretende-se entender de forma mais aprofundada as relações ecológicas e sociais que foram construídas nesse território e seu entorno. Os dados obtidos foram analisados buscando compreender como as relações humanas constroem e interferem no ambiente ao seu redor, mediadas pela realidade material dos(as) moradores(as).

Desse modo, o diagnóstico socioambiental aqui proposto também poderá servir como base para o entendimento das demandas dos(as) moradores(as) em relação ao seu meio, podendo subsidiar futuras intervenções no local, mediadas por ações coletivas e políticas públicas.

3. METODOLOGIA

A abordagem escolhida para fundamentar o projeto é a pesquisa qualitativa, devido ao fato de ela captar não somente elementos objetivos da realidade socioambiental, como também os subjetivos, que são construídos a nível social e psicológico, e se interrelacionam com o meio material (Minayo, 2006).

O método de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada individual (Haguet, 1994). O público da pesquisa foi delineado como pessoas adultas maiores de 18 anos, moradores(as) da comunidade, abrangendo cerca de 70 a 80 pessoas, já que o espaço é ocupado por aproximadamente 30 núcleos familiares. Considerando esse contexto e o período disponível para a realização das entrevistas, o objetivo foi realizar um estudo exploratório que fosse capaz de identificar as principais problemáticas e características socioambientais do local.

Assim, os dados coletados por meio das entrevistas foram tanto de natureza mais objetiva, como as características físicas do ambiente; quanto de natureza mais subjetiva - como a história de vida dos agentes sociais que compõem o território de interesse - fornecendo meios para compreender como os processos institucionais influenciam experiências individuais (Haguet, 1994). Desse modo, foi possível estabelecer análises que buscam compreender de forma mais ampla e realista os processos em movimento, mediados pelas relações dos atores sociais e sua realidade, trazendo também uma maior riqueza de informações e detalhes sobre essa relação, que só poderia por outros meios ser especulada.

Ao total, foram obtidas entrevistas de **18 núcleos residenciais** durante o período de coleta de dados, delimitado entre outubro e novembro de 2025. As pessoas residentes na comunidade foram convidadas a participar da pesquisa por meio de uma carta de apresentação geral do projeto, em conjunto com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram gravadas para

posterior análise. Pelo seu caráter, o projeto de pesquisa foi previamente submetido à Plataforma Brasil para análise do Comitê de Ética em Pesquisa local e aprovado¹. Uma via deste TCLE (Apêndice A) foi entregue, impressa e assinada, a todas as pessoas participantes.

As entrevistas contaram com um roteiro composto tanto por perguntas fechadas, relativas a dados de caráter sociodemográfico, quanto por perguntas abertas, que trazem opiniões mais elaboradas das pessoas entrevistadas. Elas foram estruturadas de modo que perpassam a história de vida das pessoas entrevistadas e a percepção que construíram do ambiente que as cerca, buscando diagnosticar os fatores sociais e ambientais relacionados à ocupação humana de um território. Por meio desta abordagem qualitativa do território e das contribuições do método cartográfico, foi realizado, então, um mapeamento intensivo (SESC-SP, 2021), buscando compreender e registrar os processos socioambientais que vêm sendo construídos na comunidade.

A elaboração desse roteiro e a coleta de dados foram realizadas em parceria com os(as) alunos(as) e professores(as) de uma disciplina da pós-graduação², na qual os(as) discentes precisavam delimitar uma área ou população do município para realizar o desenvolvimento de ações extensionistas centradas no conceito de saúde única, que engloba aspectos sociais, alimentares, de saúde física, mental, humana e animal. Por ambos os projetos possuírem o mesmo público-alvo, a organização do roteiro de entrevista semiestruturada foi realizado e aplicado de forma conjunta. As entrevistas foram conduzidas presencialmente, de modo a captar com maior precisão as percepções, experiências e demandas expressas pelos participantes em relação ao tema investigado.

Os temas abordados neste trabalho são apresentados no roteiro simplificado abaixo (Quadro 1), considerando alguns elementos da investigação. A partir desses temas, foram elaboradas perguntas abertas e fechadas, as quais foram desenvolvidas após as etapas de revisão bibliográfica e discussão com os demais discentes e docentes envolvidos(as) na pesquisa.

¹ Projeto aprovado sob o CAAE **81605924.5.0000.5411**.

² Visando a garantia do anonimato das pessoas participantes da pesquisa, optamos por retirar dados relativos à identificação da disciplina.

No quadro abaixo, foram exibidos as seções, temas e perguntas do roteiro que são pertinentes à análise do presente trabalho; o roteiro completo de entrevista está disponível no Anexo A. As perguntas e temas que ficaram ausentes nesta monografia foram utilizadas para a análise dos outros trabalhos realizados de forma concomitantemente a este na perspectiva da saúde única.

Quadro 1. Roteiro simplificado de entrevistas semiestruturadas

Seção	Tema	Pergunta
1. Elementos sociais, culturais e econômicos	História de vida	• Tempo de moradia na comunidade. • Local de origem. • Se já sofreu algum tipo de violência na comunidade. • Motivação para morar na comunidade. • Planos de se mudar.
	Condições socioeconômicas	• Renda familiar. • Utilização do CRAS. • Benefícios do governo (Bolsa família, cesta básica, Auxílio-Gás etc.).
	Raça/Etnia	• Raça/Etnia/Cor da pele que se identifica (branca, parda, negra, amarela, indígena).
	Idade	• Qual a idade de cada participante.
	Gênero	• Gênero que se identifica (homem cis, mulher cis, homem trans, mulher trans, não binário).
2. Condições de vida	Condições de moradia	• Material que a casa foi construída. • Quantidade de cômodos da casa.
	Gestão de resíduos	• Separação do lixo. • Como é realizado o descarte de resíduos.
	Acesso à água potável	• Origem da água de consumo (torneira ou filtro).
	Acesso à saneamento básico	• Acesso à rede de água e tratamento de esgoto. • Quantidade de pontos de saída de água na

		residência.
	Moradores por residência	Quantidade de pessoas vivendo em cada residência e lote.
3. Elementos físicos do território	Áreas verdes	- Já observou animal silvestre na comunidade. - Se o animal de estimação já teve contato com animais silvestres.
	Espaços coletivos	Quais aparelhos ou locais de lazer os(as) moradores(as) gostariam de ter na comunidade.

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) em parceria com estudantes e docentes da disciplina de pós-graduação "Saúde Única e sustentabilidade na comunidade: um olhar integrado em busca da promoção à saúde".

Por fim, os resultados obtidos foram analisados sob a visão da Ecologia Social e Política (Empinotti *et al*, 2021) e da Educação Ambiental Crítica (Layrargues; Lima, 2014), tendo como base a Análise de Conteúdo (Mendes, 2017; Bardin, 2011; Minayo, 2006).

Sob o viés desta fundamentação teórica, podemos entender que as questões socioambientais devem ser analisadas levando em conta toda a sua complexidade e interdisciplinaridade, a fim de evitar reducionismos. Nesse sentido, as respostas dadas foram organizadas em categorias, de modo a compreender padrões de similaridade e disparidade entre si.

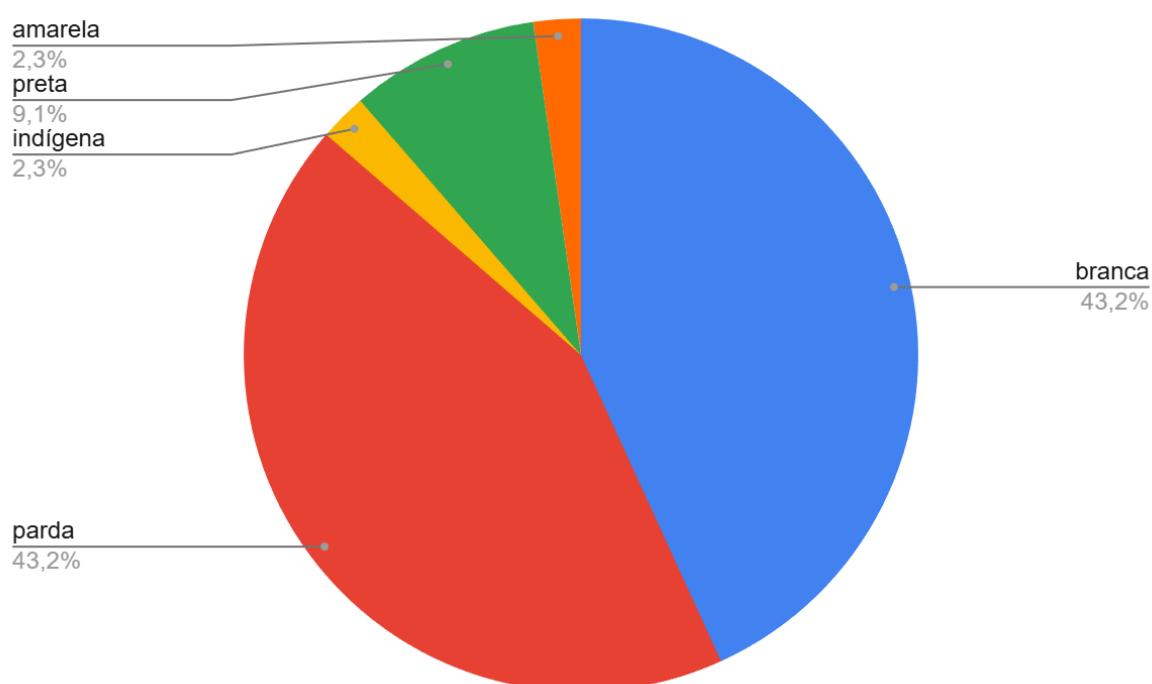
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do processo de pesquisa, coletamos dados de **18 núcleos familiares**, abrangendo as condições de vida de cerca de 46 pessoas - o que representa mais de 50% da população da comunidade, considerando todas as faixas etárias. Dentre elas, 19 mulheres e 27 homens.

Os dados referentes à autodeclaração étnico-racial apontaram quase metade da população local como parda (19 pessoas), mesma quantidade de pessoas que se autodeclaram brancas (19), seguidas daquelas que se identificaram como pretas (4),

amarelas (1) e indígenas (1). Ressaltamos que nem todos os dados coletados foram objetos aprofundados de sistematização e análise neste trabalho, haja vista as possibilidades temporais para a execução da pesquisa que exigiram a realização de recortes analíticos.

Figura 1. Autodeclaração étnico-racial dos moradores(as).



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Com base nos dados coletados, foi possível constatar que a maioria das pessoas adultas em idade não-escolar (acima de 18 anos) não completaram o ciclo básico da educação formal, com maioria apresentando Ensino Fundamental incompleto (12 pessoas) ou Ensino Médio incompleto (10). Com o Ensino Médio completo foram contabilizados 10 moradores(as), dos(as) quais 4 também possuem formação de nível técnico.

Além do próprio valor intrínseco dos conhecimentos historicamente produzidos que são socializados na escola, observa-se que a escolaridade pode atuar como um dos principais fatores de diferenciação socioespacial, uma vez que níveis mais elevados de instrução tendem a se concentrar em áreas centrais e com melhor rede de infraestrutura e serviços urbanos, enquanto os territórios periféricos apresentam, de forma recorrente, menores índices educacionais.

Essa distribuição desigual contribui para a reprodução das hierarquias sociais, ao condicionar o acesso ao mercado de trabalho, à renda e às oportunidades de mobilidade social, reforçando o papel do espaço como mediador das trajetórias educacionais e das possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos (Ribeiro; Lago, 2000). O processo de segregação se relaciona também com marcadores de raça e etnia, quando a segregação ocupacional das pessoas pretas e pardas tem como objetivo diminuir as oportunidades deste público de obtenção do capital escolar e econômico, desigualdade essa que por sua vez age na manutenção da segregação ocupacional destes grupos. Os autores ainda afirmam que esse processo pode ocorrer de forma circular, em que um fenômeno atua sobre o outro, retroalimentando-se.

O desenvolvimento humano é composto por processos fisiológicos, mas também sociais e culturais, que são influenciados por diversos fatores. As principais teorias que buscam entender esses processos de desenvolvimento apontam para a centralidade dos chamados eventos biopsicossociais, que são provenientes da interação entre o indivíduo e o ambiente (Dessen; Costa Junior, 2008). São estes eventos que vão agir na modelação das atividades biológicas correspondentes às funções cognitivas, que se expressam então nas múltiplas possibilidades do comportamento humano. Embora se discuta o peso de contextos externos e internos neste processo, é fato que o ambiente físico e social se entrelaça com a dimensão histórica e biológica dos indivíduos. Assim, segundo Dessen e Costa Junior (2008), o desenvolvimento humano também é influenciado pelo modo de vida e de relação com o meio dos indivíduos, os quais abrangem diversas áreas da existência humana, assim como de suas instituições - família, escola, trabalho, religião, entre outros.

Os fatores externos envolvidos no desenvolvimento humano podem ser de natureza física, social e ambiental, e são permeados por redes de conexão próprias à cada indivíduo e seu contexto. Podem ser considerados como fatores ambientais condições e níveis de estímulo dos espaços de vivência e convívio onde os indivíduos operam seu repertório de comportamentos e relações sociais. Renda, hábitos alimentares e de consumo, condições de moradia, rede de apoio, regras, normas e valores também podem ser considerados fatores ambientais que fazem parte da constituição sociocultural do ser humano.

Desse modo, o presente diagnóstico conseguiu captar a forma de ocorrência de diversos destes fatores, que serão apresentados e discutidos nos próximos capítulos, tanto do ponto de vista ambiental e biológico, como também social, trazendo elementos que fazem parte da história de vida dos(as) moradores(as) da comunidade, e fornecendo dados que tornam possível a compreensão da realidade destes sujeitos a partir de suas próprias perspectivas.

4.1. História de vida

A história de vida, quando abordada em pesquisas qualitativas, pode oferecer elementos que levam à compreensão da realidade dos sujeitos por meio de suas próprias narrativas, as quais são construídas com base em suas trajetórias e experiências (Minayo, 2001). Assim, é possível entender como estes sujeitos interpretam sua história de vida, e como esses processos se relacionam com seus contextos socioambientais, históricos e econômicos.

No presente trabalho, esse tema foi abordado principalmente em relação aos contextos que levaram os moradores(as) da comunidade a residirem ali e como tem sido essa experiência para eles(as). Embora alguns moradores(as) tenham relatado serem originalmente de outro estado ou país, a maioria deles já residia no município da comunidade ou na região, ou em outros municípios do estado de São Paulo.

As pessoas entrevistadas também foram perguntadas sobre quais tinham sido suas motivações para mudarem-se para a comunidade. Quase metade delas responderam que foram motivadas por dificuldades para arcar com os custos de aluguel e desemprego (8). Outras relataram insegurança financeira no geral (3), falta

de opção (2), busca por tranquilidade e sossego (2), por conhecer outra pessoa da família que já residia na comunidade (1) e uma pessoa preferiu não responder. A dificuldade em arcar com custos de aluguel e moradia - que foi a principal motivação apresentada pelos(as) entrevistados(as) para se mudarem para a comunidade - é uma problemática que está intimamente ligada com o aumento da pobreza em centros urbanos ou próximos a eles, como explicam os conceitos de espoliação financeira e imobiliária (Pereira; Ponte, 2025).

A espoliação imobiliária é o nome dado ao processo de contínua elevação de preços de imóveis e aluguéis nas cidades, que é alimentado tanto pela capitalização da renda da terra, quanto pela valorização especulativa artificial do mercado imobiliário. Essa capitalização se dá quando o valor da terra assume um caráter fictício, onde os preços dos imóveis e terrenos sofrem aumento por meio de mecanismos financeiros e especulativos que não necessariamente refletem melhorias efetivas no espaço ou produção real de valor.

Essa dinâmica acaba levando o acesso à moradia a se tornar mais restrito, o que amplia o número de famílias que dependem de aluguel, as quais são submetidas à custos habitacionais cada vez maiores. Assim, grande parte da renda da população passa a ser apropriada por meio de mecanismos vinculados ao mercado imobiliário, que assumem papel central na reprodução e no aprofundamento das desigualdades socioespaciais nas cidades (Pereira; Ponte, 2025).

Já a espoliação financeira seria o fenômeno de aumento da oferta de crédito e financiamentos, que em conjunto com contextos socioeconômicos desfavoráveis, baixa remuneração e desemprego, podem causar endividamento, o que leva à uma captura de parte da renda dos trabalhadores por meio do pagamento de juros, parcelas e encargos financeiros. Ambos os processos ocorrem de maneira concomitante, atravessando o cotidiano de grande parte da população, que fica presa à ciclos de dívida e dificuldades financeiras.

Outro ponto abordado sobre a vivência dos moradores(as) na comunidade foi se eles(as) já haviam sofrido algum tipo de violência ali. Mais da metade dos(as) entrevistados(as) afirmam nunca ter sofrido nenhum tipo de violência na comunidade (10), enquanto outros(as) declararam ter sofrido violência policial, principalmente,

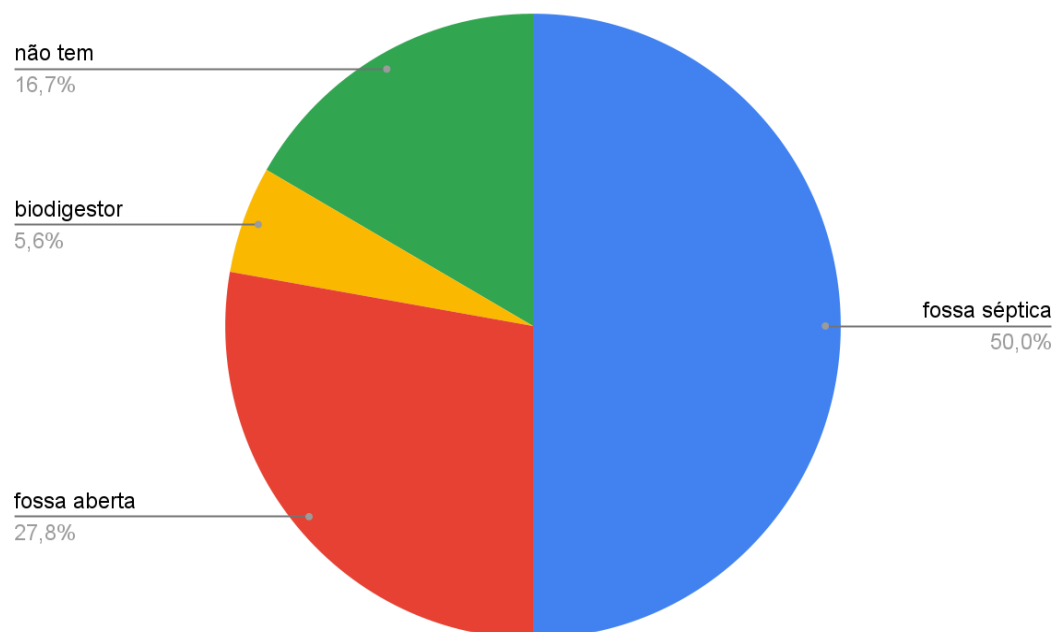
com um total de 5 pessoas, sendo que uma delas afirmou ter tido agravante de violência racial também. Os demais moradores(as) relataram ter sofrido violência psicológica (2) e física (2). Ainda, em relação aos relatos de violência policial, algumas pessoas afirmaram ter tido os seus documentos de identificação indevidamente apreendidos nesses episódios, tendo uma delas relatado até mesmo depredação da porta de sua residência.

4.2. Acesso à recursos básicos de vida

A análise dos dados mostrou que a maioria dos entrevistados(as) não possui acesso adequado à água, energia elétrica, saneamento básico e outros direitos básicos à vida e à dignidade humana, os quais são inclusive garantidos pela Constituição Federal do Brasil. Em termos de saneamento básico, dois núcleos familiares relataram a ausência de qualquer tipo de tratamento de esgoto; nove deles mencionaram a utilização de fossa séptica, seguidos por cinco núcleos que utilizam as fossas abertas; somente uma das famílias faz a utilização de biodigestor (Figura 2).

Quanto ao consumo de água, identificou-se uma situação igualmente preocupante, uma vez que apenas uma residência informou realizar o consumo de água filtrada, enquanto as demais relataram o consumo direto da torneira (Figura 3). Tal prática pode representar riscos significativos à saúde pessoal e pública, ao favorecer a exposição a agentes patogênicos e contaminantes, potencialmente associados a doenças de veiculação hídrica (Silva, 2016). Em relação ao abastecimento de água, o fornecimento pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), recentemente privatizada, só foi regularizado após quase 10 anos, em 2025, ainda com intermitência. No entanto, os(as) moradores(as) ainda não possuem acesso a relógios de consumo individuais.

Figura 2. Tratamento de esgoto presente nas residências dos(as) entrevistados(as).

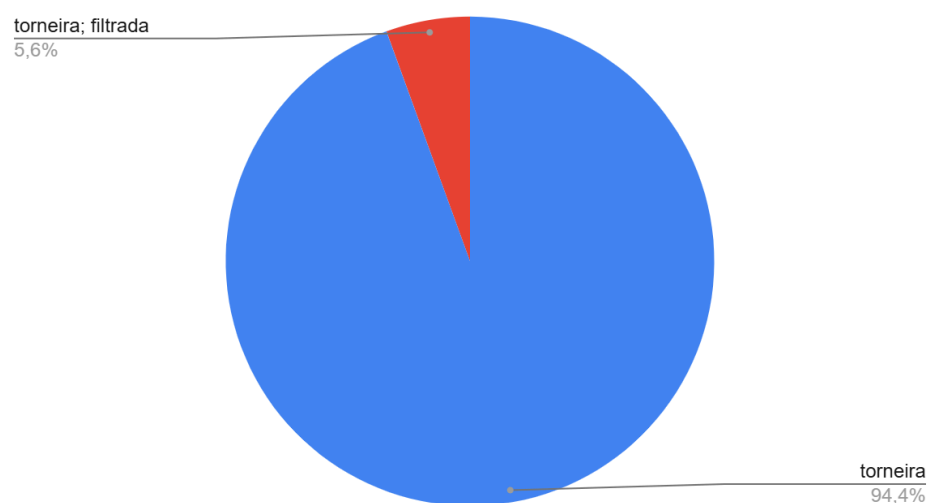


Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Os pontos de saída de água dentro da residência também foram objeto de estudo deste trabalho. Os pontos foram definidos como: pia da cozinha; pia do banheiro; vaso sanitário; chuveiro e área de serviço ou quintal. As entrevistas mostraram que uma casa não possui nenhum ponto de saída de água, enquanto as outras apresentam diversas configurações. Uma casa demonstrou possuir apenas saída de água na torneira da cozinha e do banheiro, sem pontos de chuveiro e vaso sanitário. Enquanto isso, duas casas apresentaram torneira com água apenas na cozinha. Apenas duas casas declararam possuir todos os tipos de ponto de saída de água, e a maioria não possui saída de água na área de serviço ou quintal.

Esses são dados extremamente preocupantes no que diz respeito ao conforto e qualidade de vida dos moradores(as), assim como do ponto de vista de possíveis contaminações cruzadas com patógenos, que podem ocorrer por exemplo quando após usar o vaso sanitário uma pessoa precise lavar suas mãos na torneira da cozinha, onde alimentos e objetos de alimentação (louças e talheres) são higienizados também.

Figura 3. Origem da água de consumo nas residências dos(as) entrevistados(as).



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Outro tema abordado nas entrevistas foram as especificidades das condições de moradia, tanto referentes ao material utilizado na construção das residências, quanto quantidade de cômodos. Quanto ao material das casas, nenhuma é feita totalmente de alvenaria, método que está presente em partes da construção de três casas, combinada a outros materiais, como madeira e madeirite. Esses dois últimos, respectivamente, estão presentes na estrutura de mais de 80% das casas, de forma combinada entre si ou não, e associados também a outros materiais, como lona plástica.

Desse modo, a maioria das residências não oferece condições adequadas de conforto térmico e proteção a eventos climáticos, fenômenos estes que aparecem como problemáticas recorrentes entre os(as) moradores(as), que relataram sentir muito frio ou muito calor dentro de suas residências, assim como a necessidade de refazê-las diversas vezes após períodos de grande intemperismo, que costumam estar associados aos fortes ventos característicos da localidade.

Para que uma habitação seja considerada adequada, é necessário que ela ofereça abrigo aos fenômenos climáticos, assim como condições satisfatórias de salubridade, privacidade e segurança (Givisiez; Oliveira, 2013). O levantamento de dados mostrou que, embora algumas residências tivessem poucos(as)

moradores(as) (até 3), foram registradas casas com mais de 4 ou 5 pessoas residindo juntas, em habitações que possuíam 4 a 5 cômodos, no máximo. Sendo sala de estar, cozinha e banheiro parte destes cômodos, infere-se que os quartos de repouso sejam compartilhados entre mais de 1 ou 2 pessoas, muitas vezes de diferentes faixas etárias e gênero. Estes fatores, quando somados, levam a quadros de falta de privacidade e de conforto para os(as) moradores(as) que ali residem. Em comunidades caracterizadas por moradias precárias e pela insuficiência de cômodos em relação ao número de moradores(as), a privacidade é um fator importante a se atentar, pois a convivência cotidiana se dá em espaços reduzidos que intensificam a sobreposição de territórios e a exposição constante dos indivíduos.

Nesses contextos, a limitação física dos ambientes favorece a ampliação dos conflitos intrafamiliares, podendo fragilizar os limites entre o que é considerado íntimo e o que se torna necessariamente compartilhado, afetando a autonomia, o bem estar psicológico e as relações sociais. Assim, a organização espacial e a qualificação dos espaços, mesmo em condições de precariedade, tornam-se elementos de extrema importância para a promoção da qualidade da privacidade e para a construção de formas mais equilibradas de convivência, ao contribuir para o controle da exposição visual e sonora e para a mediação entre o uso coletivo e o espaço doméstico (Pereira, 2017).

4.3. Transporte e mobilidade urbana

A mobilidade urbana surgiu como um dos principais pontos de insatisfação relatados pelos(as) moradores(as) da comunidade, especialmente no que diz respeito ao acesso ao transporte público e às condições gerais de deslocamento a partir do território. Os dados coletados mostram que existem dificuldades relacionadas tanto à quantidade de ônibus em circulação, quanto ao acesso a eles, já que o único ponto de ônibus próximo da comunidade fica localizado a uma distância de mais de 1 quilômetro da área onde se encontram as residências.

Os horários das linhas de transporte público também foram um problema apontado pelos(as) moradores(as), que afirmam ser difícil realizar deslocamentos necessários para a manutenção de sua rotina, como comparecimento a consultas

médicas e a seus respectivos locais de trabalho ou estudo, pois os ônibus rodam com frequência de 1 hora - ou até de horas ou dias - começando os seus horários a partir das 6h, levando-os(as) muitas vezes a recorrerem a outras opções de transporte, como carros de aplicativo ou bicicletas para conseguirem chegar no horário que precisam. Ainda, no único ponto de ônibus próximo, as opções de trajeto são escassas, impedindo o acesso direto a diversas regiões da cidade, principalmente porque a maioria das cidades do Brasil ainda adota um sistema de transporte focado no transporte individual.

No Brasil, o transporte focado em automóveis individuais é priorizado, seguindo um modelo rodoviário de mobilidade urbana, que é responsável por congestionamentos, além de poluição sonora e do ar em centros urbanos (Oliveira, 2019). Tal modelo se mostra contraproducente às políticas públicas que deveriam fortalecer os meios coletivos e sustentáveis de mobilidade, como ônibus, trens e bicicletas. Os impactos do modelo rodoviarista se ampliam quando relacionados ao desenvolvimento urbano espraiado, caracterizado pela expansão das cidades para áreas periféricas e periurbanas, distantes dos centros consolidados.

Esse tipo de crescimento, impulsionado por interesses imobiliários e pela lógica rodoviarista, promove o desmatamento de áreas naturais e rurais remanescentes, comprometendo recursos naturais essenciais, diminuindo a biodiversidade e aumentando os custos ambientais e sociais dos deslocamentos diários. As consequências se manifestam tanto em escala local - com a supressão de vegetação, a impermeabilização do solo e a redução da qualidade de vida - quanto em escala global, ao contribuir para a intensificação das mudanças climáticas e da perda de ecossistemas.

4.4. Elementos físicos do território

O município no qual a comunidade de estudo está inserida localiza-se na região de zona de recarga de um grande aquífero, uma das mais relevantes reservas de água da região, que se estende por cerca de um milhão de quilômetros quadrados em território brasileiro, alcançando também outros países da América do Sul.

Dentro desse município, a comunidade de estudo fica localizada na região de uma microbacia hidrográfica que possui 11 quilômetros de extensão e é abastecida por 13 nascentes. A região é formada principalmente por arenitos de origem eólica e fluvial, caracterizados por alta porosidade e permeabilidade, favorecendo a infiltração e a circulação da água em profundidade. Esses arenitos são associados a camadas basálticas da Formação Serra Geral, que atuam como elementos de confinamento em amplas áreas. Somadas às características do relevo, com platôs e colinas suaves, e aos níveis médios de precipitação, essas condições tornam este aquífero uma das unidades hidrogeológicas de maior potencial hídrico subterrâneo do país (Rebouças, 1994).

As características hidrogeológicas do sistema aquífero da região, marcadas por elevada porosidade e permeabilidade dos materiais geológicos, assim como a presença de áreas de recarga direta, tornam as suas águas subterrâneas altamente vulneráveis à contaminação superficial. Além disso, é possível notar que o solo da área em que se situa a comunidade e o seu entorno encontra-se degradado por intemperismo, assim como por práticas de uso e manejo inadequadas do solo, bastante exposto em algumas áreas, principalmente as de maior declividade, próximas à linha férrea desativada. Também foi observada uma alta presença de resíduos orgânicos e inorgânicos, como entulho e lixo, em boa parte das áreas adjacentes às residências da comunidade, assim como dentro do próprio perímetro de algumas casas.

Nesse contexto, a ocupação humana próxima da área de recarga de aquífero pode trazer diversos riscos, sobretudo em comunidades desprovidas de saneamento básico adequado e medidas adequadas de descarte de resíduos, onde se intensifica a infiltração de efluentes domésticos, resíduos sólidos e compostos químicos no solo, podendo comprometer a qualidade da água subterrânea e ampliando os riscos à saúde pública e ao ambiente.

Áreas que têm acúmulo de resíduos sólidos sobre o solo podem contribuir para a contaminação das águas subterrâneas por compostos como nitrogênio e metais pesados, por conta da exposição à chuvas que lixiviam esse solo contaminado com chorume ou materiais abióticos (Silva, 2016). Tais condições impõem ao Estado a responsabilidade socioambiental de implementar políticas

integradas de regularização fundiária, ampliação da infraestrutura de saneamento e proteção das áreas de recarga, de modo a controlar as fontes potenciais de poluição e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos subterrâneos a longo prazo.

4.5. Percepção dos(as) moradores(as) sobre saúde e qualidade de vida

A compreensão contemporânea do lazer está historicamente vinculada às transformações ocorridas a partir da Revolução Industrial, especialmente com a ampliação das jornadas de trabalho e a reorganização do tempo social promovida pelo avanço tecnológico. Nesse cenário, o ócio passa a ser entendido como substituto do trabalho, enquanto o lazer se consolida como uso do tempo de forma prazerosa e construtiva, voltado à realização humana e à participação social. Entretanto, a realidade social brasileira evidencia contradições entre o direito ao lazer e as condições concretas de vida da população, principalmente no que diz respeito àquelas que vivem em situações socioeconômicas desfavoráveis (Calvet, 2005).

O tempo livre constitui uma dimensão essencial para o desenvolvimento humano, na medida em que possibilita não apenas o descanso das atividades laborais, mas também a realização de práticas que contribuem para a expansão da essência do ser humano enquanto sujeito social, cultural e histórico. Nesse contexto, o lazer se configura como espaço essencial para o convívio familiar e comunitário, para a vivência de atividades esportivas, criativas e educativas, bem como para o contato com a arte e a cultura, elementos que favorecem o crescimento pessoal, familiar e social. Dessa forma, o trabalho humano deve ser compreendido como meio para a garantia de uma vida digna, e não como um fim em si mesmo, marcado por uma lógica estritamente produtivista (Calvet, 2005).

No artigo sexto da Constituição Federal do Brasil, de 1988, é assegurado o lazer como um direito social, que deve ser garantido pelo Estado. No entanto, para as populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, o lazer fica condicionado apenas ao período de não estar trabalhando, sem que consigam acessar meios adequados para de fato aproveitarem seu tempo livre. Tal realidade é

evidenciada nos dados coletados nesta pesquisa: aqui, lazer é um desejo, e não um direito em exercício.

Os dados coletados na comunidade demonstraram que, embora todos(as) os(as) moradores(as) soubessem o que é trabalhar, alguns **não sabiam dizer o que é lazer**, um dado que aponta na direção de diversas problemáticas que têm acometido às sociedades dentro do modo capitalista de produção. A intensificação das exigências sobre o(a) trabalhador(a), aliada à insuficiência de rendimentos para suprir necessidades básicas como saúde, educação, habitação e lazer, compromete a forma que se acessa o tempo livre, limitando sua dimensão formativa.

Nesse sentido, o lazer deve ser compreendido como um direito existencial, que pode possibilitar ao ser humano desenvolver as suas aptidões nas relações sociais e na forma como escolhe usufruir o seu tempo livre, o que demanda a atuação articulada do Estado, das instituições de ensino, das famílias, das empresas e da sociedade civil para a criação de condições econômicas, educacionais e ambientais adequadas à sua efetivação (Calvet, 2005).

As principais atividades de lazer relatadas pelos(as) moradores(as) foram (1) participar dos encontros da igreja evangélica que ocorrem na própria comunidade quinzenalmente, (2) ouvir música na rádio, (3) descansar e (4) assistir à televisão. Alguns(as) moradores(as) relataram que tentam passear pelas redondezas, mas que a falta de infraestrutura urbana adequada, como pavimentação e manutenção das áreas verdes - como controle da altura da vegetação espontânea - acabam trazendo empecilhos para realização deste tipo de atividade de lazer. Ainda, a presença precária do transporte coletivo local compromete o acesso dos(as) moradores(as) às regiões da cidade onde predominam os aparelhos de acesso à cultura, especialmente na região central.

Em relação à saúde mental foram frequentes os relatos de moradores(as) que estão lidando em algum grau com o sofrimento psíquico, afirmando que possuíam depressão e ou ansiedade, quando perguntados sobre a temática. Diversos podem ser os fatores que influenciam nesse processo, como a instabilidade financeira e social, além das próprias condições materiais de vida.

Entre esses elementos, destaca-se também a ausência de saneamento básico adequado, aspecto que pode influenciar diretamente a saúde mental, como

apontam Vieira *et al.* (2025). Segundo os autores, o saneamento básico precário pode atuar de maneira estruturante no sofrimento psíquico, pois acaba influenciando as três principais causas desse processo na teoria freudiana: o corpo, o mundo exterior e as relações com as outras pessoas. Estas três dimensões são afetadas de diferentes formas, e de maneira simultânea por fatores como exposição à dejetos, esgoto a céu aberto e a resíduos acumulados, causando não só possíveis doenças como parasitoses, mas também a sensação de vulnerabilidade corporal. Esse tipo de manifestação pode ser registrada psiquicamente como uma situação de perigo para o corpo e a mente humanos, podendo provocar estados de angústia e sofrimento. O ambiente externo - a residência, por exemplo - pode ser influenciado na medida em que a exposição aos fatores já citados faça com que em vez de exercer um papel de acolhimento e segurança, a casa passe a representar uma ameaça.

Essas vivências contínuas de instabilidade, além de afetarem diretamente o desenvolvimento humano (Dessen; Costa Junior, 2008), podem acabar gerando estados crônicos de alerta, ansiedade e sensação de perigo, que dentro da perspectiva trabalhada por Vieira *et al.* (2025) levam ao agravamento do sofrimento psíquico, e também a manifestações negativas nas relações com o outro. Nesse contexto, a precariedade do saneamento básico se articula às desigualdades estruturais da sociedade do país, concentradas em territórios periféricos, produzindo não apenas impactos na saúde física, mas podendo causar também sentimentos de humilhação, vergonha e desvalorização que intensificam o sofrimento psíquico e afetam a autoestima.

4.6. Percepções e problemáticas territoriais

No Brasil, assim como em diversos outros países do mundo globalizado, é possível observar o fenômeno das duas cidades: a formal e a informal. A cidade formal é a denominação dada ao tecido urbano que se compõe por áreas onde predominam os terrenos e edificações com regulamentação fundiária, contando com maior presença e manutenção de infraestrutura direcionada ao atendimento das demandas de suas comunidades locais (RAPS, 2020).

Nessas áreas, pode ser observada uma concentração maior de investimentos públicos e privados, além de uma participação mais ativa de políticas públicas e ações do Estado voltadas à manutenção da qualidade de vida de seus(suas) moradores(as). Enquanto isso, a cidade informal expande-se por fragmentos pouco urbanizados ou desocupados que permeiam a cidade formal, ou pelas periferias das cidades, áreas rurais e periurbanas, onde podem acabar avançando também sobre áreas com vegetação e biodiversidade que eram até então conservadas, colocando em risco a manutenção das suas condições de vida.

A segunda cidade costuma ter as necessidades de sua população negligenciadas pelo poder público e pode ser conhecida de muitas formas: ocupações de prédios abandonados ou terrenos em desuso, favelas, loteamentos irregulares, assentamentos informais. Quando a terra vira uma mercadoria, a ocupação do espaço pelo ser humano passa a ter intencionalidades diferentes daquelas que correspondem apenas à satisfação das necessidades de vida, como alimentação, moradia e lazer. Assim, o lucro passa a falar mais alto que os outros fatores e a dinâmica passa a ser movida por fenômenos como a especulação imobiliária, em que terrenos e imóveis não são de fato ocupados para fins produtivos de bens básicos à vida, e sim como um investimento financeiro.

Este fenômeno acaba levando ao aumento significativo do valor monetário da terra, enquanto aliena seu devido uso para prover habitação, alimento, recursos naturais e outros fatores essenciais ao desenvolvimento humano e comunitário (Couto; Polli, 2025). Nesse sentido, a ocupação humana passa a ser regida por uma dinâmica imobiliária onde as classes economicamente mais favorecidas tornam-se agentes sociais que organizam de forma contínua o espaço, levando a incorporação de novas áreas, e densificação da ocupação de outras (Passos *et al*, 2019).

A ilegalidade fundiária e a concentração de terras configuram-se como problemas estruturais observados em diversos países, refletindo dinâmicas históricas de desigualdade socioespacial e de acesso assimétrico aos recursos territoriais. Essas condições contribuem para a produção de assentamentos humanos marcados pela precariedade de bens e direitos, pela informalidade e pela limitação no acesso a serviços e infraestruturas essenciais.

Nesse contexto, a noção de função social da propriedade e do uso social da terra assume papel central ao afirmar que o solo urbano não pode ser tratado apenas como mercadoria ou ativo financeiro, mas deve atender prioritariamente aos interesses coletivos e às necessidades da cidade (Couto; Polli, 2025). A retenção especulativa e a ociosidade de terrenos e imóveis em áreas dotadas de infraestrutura aprofundam a escassez artificial de terra urbanizada e ampliam o deslocamento de populações de baixa renda para áreas periféricas ou ambientalmente frágeis, reforçando ciclos de exclusão socioespacial.

Assim, a existência de ocupações em estado de irregularidade fundiária não deve ser utilizada como justificativa para a restrição ao exercício de direitos humanos básicos, como moradia digna, saneamento, saúde e mobilidade, mas, ao contrário, impõe ao poder público a responsabilidade de formular políticas integradas de regulação do uso da terra, regularização fundiária, urbanização e inclusão social, orientadas pela efetivação da função social da propriedade e pela promoção do direito à cidade de forma equitativa e sustentável (Couto; Polli, 2025).

4.7. Traçando caminhos possíveis

Diagnósticos são ferramentas que podem ser utilizadas como base para dar início a processos posteriores, não sendo sentenças definitivas, mas sim pontos de partida para a compreensão e a intervenção na realidade analisada. Nesse sentido, o presente trabalho buscou diagnosticar as problemáticas ambientais e sociais que permeiam uma comunidade, compreendendo que o diagnóstico comunitário se estende ao diagnóstico da cidade e de todos os elementos que a compõem, uma vez que os processos locais não ocorrem de forma isolada, mas se articulam de maneira sistêmica e interdependente. As problemáticas observadas na comunidade alvo do estudo não são inéditas - é possível observá-las em diversos outros territórios.

As profundas desigualdades sociais, acumuladas historicamente por meio das estruturas políticas, econômicas e sociais que organizam a vida nas sociedades humanas, têm produzido uma série de problemáticas que se manifestam tanto nas dimensões materiais, quanto imateriais da existência. Essas problemáticas se

expressam em múltiplos níveis: no desequilíbrio ambiental resultante da exploração intensiva dos recursos naturais; no agravamento das desigualdades urbanas; e nos impactos sociais e psicológicos que afetam de forma crescente a humanidade. Nesse cenário, torna-se evidente a necessidade de repensar os modelos adotados até então em relação à organização urbana e ocupação humana do espaço, que não se mostram capazes de responder às demandas ambientais, sociais e de qualidade de vida da atualidade. Reformas pontuais aos modelos vigentes não são suficientes, são necessárias transformações mais profundas, estruturais e integradas. Nesse sentido, a ecologia social e política abre caminhos para expor o processos e dinâmicas de degradação e violência que norteiam a transformação da natureza dentro da lógica capitalista de exploração intensiva, assim como suas consequências, por meio de uma análise crítica e profunda das relações socioambientais construídas (Empinotti *et al*, 2021).

A promoção de programas de fortalecimento e de manutenção de espaços de agricultura urbana e comunitária, por exemplo, configura-se como estratégia relevante para a ampliação da segurança alimentar, para a valorização dos vínculos comunitários e para a ressignificação do uso do solo nas cidades (Couto; Polli, 2025). Essas iniciativas contribuem para a reconexão entre sociedade e a natureza no espaço urbano, ao mesmo tempo em que favorecem práticas sustentáveis de produção de alimentos e de gestão ambiental, podendo trazer também benefícios à biodiversidade de seu entorno.

Nesse contexto, torna-se fundamental repensar os padrões tradicionais de planejamento urbano, articulando-os com a perspectiva da Educação Ambiental Crítica, que compreende as relações entre ser humano e espaço como construções sociais, políticas e históricas, marcadas por disputas de poder e desigualdades socioambientais. Nesse sentido, parte da problemáticas observadas na comunidade estão inseridas no contexto de **injustiça ambiental**, termo que se refere a uma divisão desigual dos danos ambientais a determinados grupos sociais marginalizados e discriminados, trazendo ameaças à integridade da saúde humana, animal e ambiental (Layrargues; Loureiro, 2013).

O incentivo à recuperação de áreas degradadas insere-se nesse debate como uma ação estruturante para a requalificação do território, e para a promoção da

justiça socioambiental, a qual busca estabelecer um conjunto de práticas organizadas de agente sociais que se encontrem na condição de expropriação de seus direitos (Layrargues; Loureiro, 2013). Ao priorizar a restauração de espaços ambientalmente fragilizados, é possível ampliar áreas verdes, melhorar a qualidade ambiental e criar novos espaços de convivência e lazer, fortalecendo a dimensão coletiva do direito à cidade. Essas práticas, quando associadas a processos participativos, favorecem a apropriação social do território e estimulam o engajamento da população na gestão dos espaços públicos.

Tais processos, nesta pesquisa, foram precedidos e estimulados por ações prévias às entrevistas: uma série de encontros coletivos foram promovidos na comunidade do presente estudo para conversar com os(as) moradores(as) sobre o próprio projeto de pesquisa. Seus objetivos e a metodologia foram apresentados e, em seguida, os(as) moradores(as) da comunidade foram convidados(as) a tirar as suas dúvidas e a conversar sobre suas percepções iniciais do que seria importante ser abordado no levantamento de dados, sendo “**saúde da mulher**” e “**retomada da horta comunitária**” alguns dos temas que surgiram neste primeiro momento, por exemplo.

Nesse sentido, o mapeamento urbano comunitário, especialmente por meio das metodologias de cartografias sociais (Mendes, 2017), apresenta-se como uma ferramenta potente para o desenvolvimento sustentável das cidades e para o fortalecimento da cidadania. Ao possibilitar que os(as) próprios(as) moradores(as) identifiquem, representem e analisem os elementos ambientais, sociais e culturais de seus territórios, a cartografia social promove a valorização dos saberes locais e amplia a capacidade de intervenção da comunidade nos processos de planejamento e tomada de decisão. Essa abordagem contribui para a construção de diagnósticos mais sensíveis às realidades locais, que podem levar à formulação de políticas públicas mais inclusivas e contextualizadas.

A análise de experiências internacionais amplia o repertório de medidas voltadas à sustentabilidade urbana, especialmente no que se refere à promoção de modelos de mobilidade baseados na redução do uso de veículos motorizados individuais e na ampliação de sistemas de transporte coletivos, contribuindo para a diminuição dos impactos ambientais, e para a construção de cidades mais inclusivas

e saudáveis. Nesse horizonte, o uso de técnicas de construção ecológica, de baixo custo, em áreas urbanas e a adoção de estratégias voltadas à convivência com a biodiversidade local, incluindo a proteção da fauna em regiões periurbanas, reforçam a compreensão do espaço ocupado pelas populações como um ecossistema complexo, no qual as dimensões sociais e naturais são indissociáveis.

No caso da comunidade estudada, essa relação com a biodiversidade se mostrou bastante presente. Isso porque diversos(as) moradores(as) relataram avistamentos e contato com diversas espécies de fauna na comunidade, como gambás, cobras, tatus, e até mesmo um tamanduá-bandeira, indicando a necessidade de políticas que atendam não só ao bem-estar das pessoas que ali residem, mas também da biodiversidade de fauna local.

Entretanto, a realidade da comunidade objeto deste estudo evidencia as problemáticas da implementação dessas diretrizes no cotidiano urbano dos países em desenvolvimento. Observa-se pouco ou nenhum acesso ao tratamento adequado de esgoto, o que expõe os(as) moradores(as) a riscos sanitários e ambientais. A mobilidade urbana também se mostra precarizada, com baixa frequência do transporte público e poucas linhas disponíveis, resultando em longos tempos de deslocamento até áreas centrais e equipamentos urbanos. Alguns(as) moradores(as) relataram já ter sofrido preconceito de outras pessoas, especialmente no ambiente de trabalho, pelo fato de residirem na comunidade. Essa experiência reforça sentimentos de estigmatização e exclusão social, evidenciando a sobreposição de vulnerabilidades sociais e ambientais.

Nesse contexto, tais desigualdades dialogam com o conceito de **racismo ambiental**, entendido como a criação e a perpetuação de hierarquias sociais baseadas em raça, classe e etnia, que se expressam tanto na exposição desproporcional a riscos ambientais, quanto na exclusão desses grupos dos processos decisórios que afetam diretamente suas vidas (Sousa *et al.*, 2024).

Na comunidade analisada, essa exclusão se manifesta na limitada participação dos(as) moradores(as) em instâncias formais de planejamento urbano – refletida nas diversas promessas de regularização fundiária já feitas por governos regionais e nunca cumpridas – o que indica a fragilidade dos canais institucionais de

reivindicação por melhorias em saneamento, transporte e qualificação dos espaços públicos.

5. CONCLUSÃO

Quando perguntados(as) sobre quais eram os seus sonhos para a comunidade, os(as) moradores(as) levantaram pontos como a **regularização fundiária**, a **construção de residências com alvenaria**, a **retomada e reforma da horta comunitária** que havia sido construída em parceria com a universidade pública, a **pavimentação das ruas** e a **construção de uma praça**, com aparelhos de exercício ao ar livre e brinquedos para as crianças.

Os(as) moradores(as) também relataram que gostariam que os projetos desenvolvidos na comunidade – principalmente aqueles em parceria com a universidade pública e prefeitura – deixassem de ser apenas **medidas pontuais**, e passassem a ter **continuidade** de fato (Fossaluza *et al.* 2015; 2021). Um desses projetos foi a realização de um projeto de extensão que tem oferecido espaços formativos voltado à temática do saneamento básico ecológico baseado em permacultura e bioconstrução, a partir do qual diversas famílias manifestaram interesse em construir sistemas de tratamento descentralizados de esgoto em suas residências.

A coleta de dados também apontou na direção da baixa escolaridade e possíveis casos de analfabetismo na comunidade, fatores esses que são de extrema importância para a inserção social dos indivíduos, assim como seu entendimento de mundo. Isso porque o capital escolar, definido pelo nível de escolaridade, é um fator decisivo para a inserção social dos sujeitos na hierarquia de classes existente (Ribeiro; Lago, 2000). Desse modo, seria de suma importância a criação e o incentivo à projetos voltados à educação básica dos(as) moradores(as), tanto pessoas adultas, quanto crianças e adolescentes.

Em seus relatos, as pessoas participantes afirmaram que, para o devido sucesso de novos projetos, seria importante que eles acontecessem prioritariamente

no território da própria comunidade, haja vista as grandes dificuldades que possuem para acessar à cidade por meio do transporte público coletivo.

Diante desse cenário, a efetivação de políticas públicas integradas demanda o reconhecimento das especificidades socioeconômicas e territoriais das populações em contextos de vulnerabilidade, o que requer estudo prévio das necessidades da população local, por meio de diagnósticos como este. Para além da produção de novas unidades habitacionais, torna-se fundamental priorizar a requalificação das moradias e dos espaços já construídos, bem como a oferta de assistência técnica, de modo a assegurar condições dignas de moradia no cotidiano das comunidades (Givisiez; Oliveira, 2013). Essas iniciativas, quando articuladas ao manejo ambiental adequado e ao protagonismo social, podem favorecer o desenvolvimento comunitário, estimulando formas coletivas de cuidado, participação e tomada de decisão sobre o território (Couto; Polli, 2025).

Ao incidir sobre determinantes sociais como mobilidade, moradia, saneamento e qualidade ambiental, tais políticas tendem a produzir efeitos positivos no desenvolvimento humano e na saúde mental da população, contribuindo para a redução de quadros de sofrimento psíquico associados à insegurança habitacional, à exclusão territorial e à vulnerabilidade socioambiental, frequentemente observados em contextos de urbanização desigual.

Desse modo, a comunidade, em conjunto com o poder público, podem traçar caminhos possíveis para a regularização da comunidade de estudo, requalificando esse território de acordo com as necessidades das pessoas que ali residem e da contemporaneidade.

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Publicado originalmente em 1993.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Raízes da ecologia social**: o percurso interdisciplinar de uma ciência em construção. Rio de Janeiro: EICOS/IP/UFRJ, 2005.

COUTO, Tereza Cristina Silvério; POLLI, Simone Aparecida. Função social da propriedade urbana: vazios urbanos, habitação e especulação imobiliária. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 811–833, jul. 2025.

DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA JUNIOR, Áderson Luiz (org.). **A ciência do desenvolvimento humano**: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/31467413/Livro_A_Ciencia_do_Developolvimento_Human o. Acesso em: 20 nov. 2025.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena; IAMAMOTO, Sue Angélica Serra.; LAMAS, Isabella; MILANEZ, Felipe. Entre crises e insurgências: a ecologia política em defesa da vida em comum. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1–18, 2021.

FOSSALUZA, André Santachiara *et al.* As ações educativas ambientais das Organizações Não Governamentais ambientalistas no estado de São Paulo, Brasil. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.16, n.1, 2021. DOI: 10.18675/2177-580X.2021-15017. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/15017/12125>. Acesso em: 6 mar. 2026.

FOSSALUZA, André Santachiara; FIGUEIREDO, Pâmela Buzanello; MAIA, Jorge Sobral da Silva. A descontinuidade e o esvaziamento da dimensão educativa das ações em educação ambiental realizadas na escola. **AmbientalMENTEsustentable**, [S. l.], v. 2, n. 020, p. 687–702, 2015. DOI: 10.17979/ams.2015.02.020.1633. Disponível em: <https://revistas.udc.gal/index.php/RAS/article/view/ams.2015.02.020.1633>. Acesso em: 6 mar. 2026.

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Privacidade intradomiciliar: um estudo sobre as necessidades de ampliações em residências. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 1, p. 199–223, jan. 2013.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 75, n. 179–181, dez. 1994.

HOWARD, Henry Eliot. **Territory in Bird Life**. New York: E. P. Dutton and Company, 1920. EBook No. 31987. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/31987/31987-h/31987-h.htm>. Acesso em: 9 mar. 2026.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23–40, mar. 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53–71, jan./abr. 2013.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Guerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 1044–1066, set. 2017.

MUNARI, Amanda Bellettini. **Diagnóstico socioambiental participativo no contexto do ecodesenvolvimento territorial**: estudo de caso na comunidade de Barrado Torneiro, Jaguaruna, Santa Catarina. 2014. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Engenharia Ambiental, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PASSOS, Eduardo *et al.* (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier; PONTE, Thaís Oliveira. “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”: uma discussão sobre a pobreza. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 27, n. 64, 2025.

PEREIRA, Talita Rodrigues. **O desenho das habitações populares e sua influência sobre a privacidade e conflitos de convivência dos moradores**: casos dos residenciais Tocantins 1 e 2. 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

REBOUÇAS, Aldo Cunha. Sistema aquífero Botucatu no Brasil. *In*: **Águas subterrâneas**. Recife: ABAS, 1994. p. 500–509. (Suplemento).

REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE – RAPS. **Guia Temático**: Cidades – principais conceitos para entender o ambiente urbano. São Paulo: RAPS, 2020. Disponível em: https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2020/07/Guia_Temático_RAPS_Cidades.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2025.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 51–64, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC SP). **Mapeamentos**: conceitos, processos, ética. São Paulo: Serviço Social do Comércio, 2021.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC SP). **Territórios do comum**. São Paulo: Serviço Social do Comércio, 2022.

VIEIRA, José Moacir de Sousa; VIEIRA, Delma Santos; FILHO, Mauro Valério; MENDES, Rodolfo Moreda; GOMES, Cilene. Sofrimento psíquico e condições de vida precárias. **Revista Univap**, v. 31, n. 70, p. 1–24, jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.18066/revistaunivap.v31i70.4587>. Acesso em: 9 mar. 2026.

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

RESOLUÇÃO 466/2012

CONVIDO, o(a) Senhor(a) para participar do Projeto de Pesquisa intitulado “**Diagnóstico socioambiental de uma comunidade periurbana no entorno da universidade pública: a relação entre o ser humano e o ambiente a partir dos(as) moradores(as)**”, que será desenvolvido pelos *[trecho suprimido]*.

Esta pesquisa tem como objetivo realizar um diagnóstico da situação de saúde humana e animal, assim como do ambiente de uma comunidade estabelecida em área próxima a *[trecho suprimido]*, a partir do ponto de vista dos(as) moradores(as). Além disso, busca entender de forma mais aprofundada as relações dos moradores com este território.

Os benefícios da participação dessa pesquisa são para os próprios residentes dessa comunidade, de tal forma que, com este diagnóstico, poderão ser direcionadas ações extensionistas conforme às necessidades da própria comunidade. Indiretamente, a pesquisa contribuirá para entender como professores(as) em formação percebem a saúde humana, animal e ambiental em seu território, analisando a influência da formação acadêmica na construção de uma consciência ecológica e social e seu impacto nas futuras práticas pedagógicas.

É importante destacar que, sendo identificados riscos decorrentes da realização desta pesquisa relativos à sua saúde ou de sua família, será fornecida assistência imediata, integral e gratuita, pelo tempo que for necessário, sem ônus ao SUS e com ônus aos pesquisadores.

Esta pesquisa será realizada de forma individual, na residência de cada pessoa entrevistada, sem acesso de outras pessoas, através deste único roteiro com duração aproximada de 20 a 60 minutos e não há qualquer custo para nenhum(a) dos participantes. Uma pequena parte dessa entrevista, nas quais sua resposta será livre, ou seja, sem alternativas de resposta, será gravada em áudio.

Fique ciente de que sua participação neste estudo é voluntária. O roteiro foi formulado para evitar causar qualquer tipo de desconforto ou risco aos participantes da pesquisa. Contudo, caso você apresente qualquer incômodo ao responder o roteiro, você tem total liberdade para se recusar a continuar o preenchimento ou retirar seu consentimento, em qualquer momento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará nenhum prejuízo. Os potenciais riscos de participar dessa pesquisa são considerados mínimos, como atrapalhar e/ou tomar o seu tempo e/ou sensação de invasão de privacidade. É possível, porém, a identificação indireta das pessoas participantes da pesquisa. Para minimizar esse risco, todos os dados coletados não incluirão quais informações pessoais, como nome, idade, gênero, raça/etnia, endereço ou qualquer outro dado de forma individualizada. Além disso, não serão publicadas fotos e/ou imagens que permitam a sua identificação.

Ainda assim, você também tem o direito de buscar indenização diante de eventuais danos que julgar decorrentes da pesquisa. É garantido ainda que você terá acesso aos resultados com o(s) pesquisador(es). Além disso, é garantido a você e seus acompanhantes o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, como, por exemplo, o transporte e a alimentação, mas não se restringindo a eles. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa com os pesquisadores(as) do projeto e, para quaisquer dúvidas éticas, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa. Os contatos estão descritos no final deste termo.

Após o término do período de coleta de dados por meio das entrevistas, as gravações de áudio serão baixadas para um dispositivo eletrônico local nas dependências do *[trecho suprimido]*, salvas em um disco rígido, protegidas por senha, excluídas de qualquer armazenamento em “nuvem”, assim como as suas transcrições. As gravações serão destruídas após um período de 5 anos.

Para a composição do banco de dados e armazenamento, os nomes serão excluídos e os indivíduos codificados em sequência numérica, o que permitirá a exclusão, caso venha a desistir de participar e solicitar exclusão dos dados após a concessão da entrevista. Garantimos o anonimato dos participantes e a confidencialidade das informações obtidas e garantia da preservação da sua imagem e voz, uma vez que os resultados não serão divulgados em nível individual, quando da publicação deles em revistas científicas e que os dados não serão divulgados a terceiros.

Em relação a sua identidade e à divulgação de sua imagem e voz, você tem o direito de decidir se esses dados serão divulgados e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública (Resolução CNS n. 510 de 2016, Art. 9o). Por isso, indique a opção de sua preferência:

Identidade:

☐ **Gostaria de ter minha identidade revelada nesta pesquisa.**

☐ **Não, não gostaria de ter minha identidade revelada nesta pesquisa.**

Imagem e voz:

☐ **Sim, autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz.**

☐ **Não, não autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz.**

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será elaborado em 2 vias de igual teor, o qual 1 via será entregue a(o) Senhor (a) devidamente assinada e rubricada em todas as páginas, e a outra via será arquivada e mantida pelos pesquisadores por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Qualquer dúvida adicional você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através dos telefones *[trecho suprimido]*. Os dados de localização dos pesquisadores estão abaixo descritos.

Após terem sido sanadas todas minhas dúvidas a respeito deste estudo, CONCORDO em participar de forma voluntária, estando ciente que todos os meus dados estarão resguardados através do sigilo que os pesquisadores se comprometeram. Estou ciente que os resultados desse estudo poderão ser publicados e revistas científicas.

Li e concordo em participar da pesquisa.

[trecho suprimido], ____/____/____

Pesquisador(a)

Participante da Pesquisa

Pesquisador responsável: *[trecho suprimido]*

Equipe de pesquisa: *[trecho suprimido]*

ANEXO A - Roteiro para a entrevista semiestruturada

BLOCO 1 - CARACTERIZAÇÃO

Nome dos(as) responsáveis pela entrevista:

Número do lote:

Número de casas por lote: *(cada casa é um questionário, a não ser que morem menores sozinhos)*

Nome do(a) entrevistado(a):

A respeito da sua família (incluir o entrevistado, adolescente/criança, caso more em cômodo externo):

- Morador(a):
- Idade:
- Estado de nascimento / país (estrangeiro):
- Gênero (homem cis, mulher cis, homem trans, mulher trans, não binário):
- Cor da pele (branca, parda, preta, amarela, indígena):
- Escolaridade (anos completos de estudo):
- Ocupação atual:

1. **Renda familiar** *(soma da renda bruta de todas as pessoas da residência):*

R\$ _____ () Prefiro não responder.

2. **Você utiliza o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)?**

() Sim () Não () Não sei

3. **Benefícios recebidos pela família** *(Múltipla escolha).*

() Bolsa família () Cesta básica (doações) () Viva Leite () Benefício de prestação continuada

() Auxílio gás () Cesta verde do Banco de Alimentos () Pé de Meia

() Outros:

4. **Há quanto tempo reside na comunidade?**

() < 1 ano () 1-2 anos () 3-5 anos () 6-10 anos () Acima de 10 anos

5. **Você ou alguém que reside com você já sofreu algum tipo de violência dentro da comunidade?** *(Múltipla escolha)*

() Física () Policial () Racial () Psicológica () Religiosa

() Gênero () Nunca ocorreu () Outra

6. **Em sua opinião quais são os 3 principais problemas/dificuldades da comunidade?**

7. Qual a atividade de lazer mais realizada pela família?
8. Qual atividade de lazer você gostaria que existisse na comunidade?
9. Como você acredita que a UNIVERSIDADE pode contribuir para o desenvolvimento das pessoas ou da comunidade? *(em outras palavras, queremos saber quais demandas da comunidade podem ser atendidas pela universidade, seja com ações formativas, mudanças estruturais etc.).*

BLOCO 2 - CONDIÇÕES SOCIAIS E DE SAÚDE

1. O que motivou você e/ou a sua família a se mudar para a comunidade?
2. Você tem planos de se mudar da comunidade? Se sim, por quê?
- () Não tenho intenção de me mudar.
3. Você já recebeu ajuda de alguém da comunidade numa situação de problema ou dificuldade?
- () Sim () Não
4. Você ou alguém que mora com você participa das reuniões e/ou atividades da comunidade? *(marcar a maior frequência)*
- () Sim, semanalmente () Sim, mensalmente () Sim, em datas comemorativas
- () Não. Por quê?
5. Você e sua família utilizam a USF (Unidade de Saúde da Família) de Rubião Jr.?
- () Sim () Não. Por quê?
6. Você ou algum morador da sua casa possui:
- Morador:
 - Diabetes:
 - Hipertensão:
 - Doenças Respiratórias:
 - Dor crônica:
 - Ansiedade:
 - Depressão:
 - Realiza tratamento*?
 - Outro:
- *(Medicamentoso ou psicológico em uso)
7. A carteira de vacinação das pessoas da casa está atualizada?
- () Sim, adultos e/ou crianças () Sim, somente das crianças () Não () Não sei

() Não tem carteira de vacinação

() Faltam algumas. Quais?

8. **Você ou alguém da sua casa sente que precisa de apoio psicológico ou emocional atualmente?**

() Sim () Não () Não sei

9. **Você ou alguém da sua casa faz uso de tabaco?** *(marcar do morador com maior frequência)*

() Sim, todos os dias () Sim, até 3 vezes na semana () Sim, 1 vez na semana () Não

() Outro:

10. **Você ou alguém da sua casa consome bebida alcoólica?** *(marcar do morador com maior frequência)*

() Nunca () 1 vez/mês ou menos () 2-4 vezes/mês () 2-3 vezes/semana () 4 ou mais vezes/semana

11. **Você ou alguém da sua casa faz o uso de drogas?**

() Sim () Não () Prefiro não responder

12. **Qual a sua visão em relação às atividades desenvolvidas pelas universidades, ONG's, igrejas etc, aqui na comunidade?**

() Positiva () Negativa () Indiferente

Comente um pouco à respeito:

BLOCO 3 - CONDIÇÕES DE VIDA

1. **Sua casa é:**

() Própria - comprada () Própria - construída () Alugada () Outro:

2. **Do que a sua casa é feita?** *(múltipla escolha)*

() Alvenaria () Madeira () Madeirite () Lona () Outro:

3. **Quantos cômodos tem sua casa?** *(Incluir banheiro)*

() 1 a 2 cômodos () 3 a 4 cômodos () 5 ou mais

4. **Sua casa possui banheiro?** () Sim, dentro de casa () Sim, fora de casa () Não

5. **Como a água chega até vocês?** () Poço artesiano () Água encanada () Outro:

6. **Quais os pontos de saída de água da sua casa?** *(múltipla escolha)*

☐ Torneira da cozinha ☐ Torneira do banheiro ☐ Chuveiro ☐ Vaso Sanitário ☐ Área de serviço/quintal

☐ Outro:

7. A água que sua família consome é?

☐ Torneira ☐ Fervida ☐ Filtrada ☐ Galão (comprada) ☐ Outro:

8. Como é realizado o tratamento de esgoto?

☐ Fossa séptica - fechada ☐ Fossa não séptica - aberta

☐ Outro:

9. Há alguma área disponível para construção de fossa no seu terreno? ☐ Sim
☐ Não

10. Como é realizado o descarte de resíduos (lixo)? (múltipla escolha)

☐ Coleta da prefeitura/sem coleta seletiva ☐ Coleta da prefeitura/com coleta seletiva

☐ Descarte em ponto comum de coleta ☐ Descarte em terreno baldio

☐ Queima de resíduos ☐ Separação de recicláveis com outros fins (venda, reutilização)

11. É comum a presença de pernilongos na sua residência? ☐ Sim ☐ Não

12. Você já encontrou pulga, carrapato, piolho, bicho de pé ou outro parasito em você ou em alguém da sua família?

☐ Não ☐ Sim, qual:

13. Quais melhorias você gostaria de fazer na sua casa?

14. Qual meio de transporte você utiliza? (múltipla escolha)

☐ Transporte público ☐ Carro ☐ Moto ☐ Bicicleta ☐ Van ☐ A pé ☐ Carros de aplicativo

☐ Outro:

15. Quais refeições você realiza no dia? (múltipla escolha)

☐ Café da manhã ☐ Lanche da manhã ☐ Almoço ☐ Lanche da tarde ☐ Jantar ☐ Ceia

16. Quais alimentos você consumiu ontem? (múltipla escolha)

☐ Feijão

☐ Frutas frescas (não considerar suco de frutas)

☐ Verduras e/ou legumes (não considerar batata, mandioca, aipim, macaxeira, cará e inhame)

☐ Hambúrguer e/ou embutidos (presunto, mortadela, salame, linguiça, salsicha)

☐ Bebidas adoçadas (refrigerante, suco de caixinha, suco em pó, água de coco em caixinha, xaropes de guaraná/groselha, suco de fruta com adição de açúcar)

☐ Macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote

() Biscoito recheado, doces ou guloseimas (balas, pirulitos, chiclete, caramelo, gelatina)

17. Onde você compra comida? (múltipla escolha)

() Mercado () Quitanda () Horta () Atacado () Outro:

18. Qual tipo de proteína animal é mais consumida na sua casa?

() Porco () Bovino () Frango () Peixe () Ovo () Miúdos () Embutidos (linguiça, salsicha, etc)

19. Onde adquire os alimentos de origem animal (carne, leite, ovos, queijo etc)?

() Mercado () Açougue () Vizinho ou conhecido () Produzo em casa () Outro:

20. Como é feita a conservação e armazenamento dos alimentos (perecíveis)?

() Geladeira () Freezer () Outro:

21. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que você tivesse dinheiro para comprar mais comida? (diminuição da quantidade) () Sim () Não

22. Nos últimos três meses, você comeu apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinha, por que o dinheiro acabou? (mudança na qualidade, fazer escolhas) () Sim () Não

23. Você costuma higienizar frutas e verduras antes do consumo?

() Não () Sim. De que forma?

24. Quais alimentos produzidos na comunidade que você e/ou alguém da sua família consome?

() Não consumo alimentos produzidos na comunidade.

25. Para o entrevistador:

Observou na residência:

() Entulho () Esgoto a céu aberto () Lixo orgânico () Lixo não-orgânico () sem possibilidade de observar

BLOCO 4 - SAÚDE ANIMAL

1. Você possui animais? () Sim () Não**

****Se a resposta do entrevistado for “Não”, pular o questionário do Bloco para a pergunta 12.**

- Animal/espécie
- Quantidade
- Como adquiriu
- Castrado*
- Vacina contra raiva (campanha prefeitura)**
- Outras vacinas**

*Sim/Não/Não sei | **Assinalar com X em caso de resposta positiva

- 2. Onde você vacina seu animal?**
() Campanha () Serviço veterinário () Casa de ração () Não vacina
() Outro:
- 3. O que seu animal come?**
() Ração () Restos de comida () Comida preparada exclusivamente para o animal
() Ele não come em casa () Outro
- 4. Como o alimento é oferecido ao animal?** () Livre demanda () Porcionado ao dia
- 5. Como você oferece água para seu animal?**
() Água da torneira () Água do poço () Água filtrada () Ele não tem pote de água
() Outro:
- 6. Com que frequência você realiza limpeza e higienização das vasilhas do animal?**
() Diariamente () Semanalmente () Quinzenalmente () Mensalmente () Conforme necessidade () Não realizo
- 7. Já encontrou pulga, carrapato, vermes ou outro parasito no seu animal?**
() Não () Sim, qual(is):
Se sim, fez tratamento? () Sim () Não
- 8. Os animais têm livre acesso à rua?** () Sim () Não
- 9. Quando você percebe que seu animal está doente, o que você faz?**
- 10. Seu animal de estimação já teve contato com algum animal silvestre?**
() Nunca teve contato () Não sei () Cobra () Sagui () Quati () Morcego
() Outro:
- 11. Você já observou animal silvestre na comunidade?**
() Nunca observei () Cobra () Sagui () Quati () Morcego () Outro:
- 12. Já teve alguma forma de contato com animais silvestres? (múltipla escolha)**
() Nunca tive contato () Alimentou () Pegou () Espantou () Matou () Foi agredido (mordido, arranhado) () Outro:
- 13. Faz algum tipo de controle para animais indesejados (escorpião, rato, aranha, barata)? (múltipla escolha)**
() Não faço nenhum controle () Veneno () Mosquiteiro () Tela () Ratoeira
() Outro:
- 14. Você sabe o que significa o termo “posse responsável”?**
() Não () Sim. O que seria?
- 15. Você sabe o que é zoonose?**
() Não () Sim, conhece alguma?
- 16. Você já ouviu falar sobre Leishmaniose?**

() Sim. O quê?

() Não

17. Caso algum animal já tenha morrido em sua residência, como foi feito o descarte?

() Nunca um animal morreu em minha residência () Enterro no quintal () Enterro na vizinhança

() Enterro em terreno distante () Descarte no lixo () Recolhimento pela prefeitura

() Outro:

18. Para o(a) entrevistador(a):

Descrição do estado dos animais (presença de feridas, escore corporal, aparência do pelo, presença de ectoparasitas, comportamento geral etc)